

INTERNATIONAL JOURNAL OF DIGITAL LAW – IJDL
ano 04 · n. 02 · maio/agosto 2023 – Publicação quadrimestral
DOI: 10.47975/digital.law.vol.4.n.2

04

ISSN 2675-7087

IJDL

International Journal of
DIGITAL LAW

 **NUPED**
Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas
e Desenvolvimento Humano da PUCPR

FORUM

IJDL – INTERNATIONAL JOURNAL OF DIGITAL LAW



Editor-Chefe

Prof. Dr. Emerson Gabardo, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, Brasil

Editores Associados

Prof. Dr. Alexandre Godoy Dotta, Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, Curitiba – PR, Brasil
Prof. Dr. Juan Gustavo Corvalán, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Editores Adjuntos

Ms. Fábio de Sousa Santos, Faculdade Católica de Rondônia, Porto Velho-RO, Brasil
Ms. Lucas Bossoni Saikali, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, Brasil

Conselho Editorial

Prof. Dr. André Saddy, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil
Prof. Dr. Annappa Nagarathna, National Law School of India, Bangalore, Índia (Presidente)
Prof. Dr. Cristiana Fortini, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil
Prof. Dr. Daniel Wunder Hachem, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil
Prof. Dr. Diana Carolina Valencia Tello, Universidad del Rosario, Bogotá, Colômbia
Prof. Dr. Endrius Cociolo, Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha
Prof. Dr. Eneida Desiree Salgado, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Fabrício Motta, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil
Prof. Dr. Irene Bouhadana, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, França
Prof. Dr. José Sérgio da Silva Cristóvam, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil
Prof. Dr. Luísa Cristina Pinto e Netto, University of Utrecht, Utrecht, Holanda
Prof. Dr. Mohamed Arafa, Alexandria University, Alexandria, Egito
Prof. Dr. Obdulja Taboada Álvarez, Universidad de A Coruña, A Coruña, Espanha
Prof. Dr. Sofia Ranchordas, University of Groningen, Holanda
Prof. Dr. Vivian Cristina Lima Lopez Valle, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Brasil
Prof. Dr. William Gilles, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, França
Prof. Dr. Lyria Bennett Moses, University of New South Wales, Kensington, Austrália

Conselho Especial de Pareceristas

Prof. Dr. Álvaro Sánchez Bravo, Universidad de Sevilla, Sevilla, Espanha
Prof. Dr. Aline Suelli de Salles Santos, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins
Prof. Dr. Carolina Zancaner Zockun, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Caroline Müller Bittencourt, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil
Prof. Dr. Catarina Botelho, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal
Profa. Dra. Cynara Monteiro Mariano, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Prof. Dr. Denise Bittencourt Friedrich, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil
Prof. Dr. Eurico Bittencourt Neto, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil
Prof. Dr. Emerson Afonso da Costa Moura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Fábio Lins Lessa Carvalho, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil
Prof. Dr. Fernando Leal, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Gustavo Henrique Justino de Oliveira, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Irene Patrícia Nohara, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Janilé Rodrigues Reck, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil
Prof. Dr. Josep Ramón Fuentes i Gasó, Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha
Prof. Dr. Justo Reyna, Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé, Argentina
Prof. Dr. Ligia Melo de Casimiro, Professora adjunta de Direito Administrativo Universidade Federal do Ceará, Brasil
Prof. Dr. Luiz Alberto Blanchet, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Brasil
Prof. Dr. Marcia Carla Pereira Ribeiro, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Universidade Federal do Paraná
Prof. Dr. Mário André Machado Cabral, Centro Universitário 7 de Setembro, Fortaleza, Brasil
Prof. Dr. Mauricio Zockun, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Rafael Valim, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Ricardo Marcondes Martins, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Rodrigo Valgas, Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ronaldo Ferreira de Araújo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas

© 2023 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o Território Nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

IN61 International Journal of Digital Law – IJDL. – ano 1, n. 1
(abr, 2020) – Belo Horizonte: Fórum, 2020.

Quadrimestral; Publicação eletrônica
ISSN: 2675-7087

1. Direito. 2. Direito Digital. 3. Teoria do Direito. I. Fórum.

CDD: 340.0285
CDU: 34,004

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira

Capa: Igor Jamur
Projeto gráfico: Walter Santos

Sumário

Contents

EDITORIAL.....	5
<i>EDITORIAL.....</i>	7
Como regulamentar o <i>design</i> e o uso da inteligência artificial na Administração Pública	
<i>How to regulate the design and usage of artificial intelligence in the Public Administration</i>	
André Saddy Raphael Lobato Collet Janny Teixeira	9
1 Introdução	10
2 Como regular e regulamentar a IA na Administração Pública	13
2.1 Modelos regulatórios de IA.....	13
2.2 Hetero e autorregulação pública dos aspectos ético-jurídicos da IA.....	19
3 Diretrizes para a regulamentação da IA: subjetividades incidentes	21
3.1 Liberdade conformadora ou configuradora para regulamentação da IA	21
3.2 Margem de livre apreciação do conceito jurídico de moralidade administrativa	24
4 Conclusões.....	29
Referências	31
The policy of the “100% digital court” and the principles of procedural speed and access to justice: an overview of Rondônia State Justice Court	
<i>A política do juízo 100% digital e os princípios da celeridade processual e do acesso à justiça: um panorama do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia</i>	
Cássio Bruno Castro Souza Gregory Montes	35
1 Introduction	36
2 The 100% Digital Court as public policy a public policy for access to justice	37
3 The justice in numbers report and the time taken to process cases in the state courts of Rondônia in 2022	41
4 The 100% Digital Court in the Special Civil Courts of the District of Porto Velho in the light of the principles of reasonable length of proceedings and procedural economy.....	45
5 Final considerations	50
6 References	51
Una aproximación a la operatividad de los principios generales del Derecho en el control de la potestad reglamentaria	
<i>An approach to the operation of the general principles of law in the control of regulatory power</i>	
Jose Ignacio Herce Maza	53
1 Consideraciones preliminares	54
2 El ejercicio de la potestad reglamentaria en el Estado regulador	55
2.1 La potestad reglamentaria en el Estado regulador.....	55
2.2 El abuso de la potestad reglamentaria	57

3	Los principios generales del Derecho en el control de la potestad reglamentaria ...	59
3.1	¿Hasta dónde llega el control de la potestad reglamentaria?	59
3.2	O La operatividad de los principios generales del Derecho en el control de la potestad reglamentaria.....	61
3.2.1	El principio y derecho fundamental a una buena administración	63
3.2.2	Principios de legalidad y reserva de ley	64
3.2.3	Principio de irretroactividad de los reglamentos	65
3.2.4	Principio de interdicción de la arbitrariedad y deber de motivación	66
3.2.5	Principio de interdicción de la arbitrariedad y deber de motivación	68
3.2.6	Principio de buena fe y confianza legítima	69
3.2.7	Interdicción del enriquecimiento injusto.....	70
4	Conclusiones	72
5	Bibliografía	72

Entre e LAI e a LGPD: os deveres de transparência e de proteção de dados pessoais pela Administração Pública brasileira

Transparency and personal data protection by the Brazilian public administration.

Mirela Miró Ziliotto Fabio de Sousa Santos.....	75	
1	Considerações iniciais.....	76
2	Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais no cenário normativo nacional brasileiro	79
3	Tratamento de dados pela Administração Pública	85
4	Considerações finais	92
	Referências	93

Mapeamento das normas brasileiras sobre a Inteligência Artificial aplicada ao Direito: uma análise à luz dos direitos fundamentais

Mapping Brazilian rules on Artificial Intelligence applied to Law: an analysis in the context of fundamental rights

Natascha Alexandrino de Souza Gomes Irley David Fabrício da Silva	97	
1	Introdução	98
2	Conceitos iniciais: a Resolução do CNJ nº 332, de 2020, e a Portaria nº 271, de 2020	99
3	Análise comparada: Normas da União Europeia sobre o uso ético da IA	103
4	Caso brasileiro: o Projeto de Lei nº 2.338, de 2023	106
5	Análise do Substitutivo – Projeto de Lei nº 2.338, de 2023 – à luz dos direitos e garantias fundamentais	109
6	Considerações finais	111
	Referências	112

SOBRE A REVISTA.....	115
-----------------------------	-----

DIRETRIZES PARA AUTORES.....	117
-------------------------------------	-----

Condições para Submissões	123
---------------------------------	-----

Política de Privacidade	124
-------------------------------	-----

<i>Author Guidelines</i>	127
--------------------------------	-----

Conditions for submissions	133
----------------------------------	-----

Privacy statement	134
-------------------------	-----

EDITORIAL

Chegamos ao décimo primeiro número da *International Journal of Digital Law*. Mais um número editado a partir dos mais atualizados critérios de excelência científica.

Nesta edição, procuramos trazer artigos científicos que tratam da regulamentação da inteligência artificial, dos princípios inerentes ao Direito Público Digital, da transparência e do tratamento de dados pessoais.

Os artigos desta edição têm como característica o foco nas atividades da Administração Pública a partir das novas tecnologias, ligando de forma interdisciplinar o Direito Administrativo, o Direito Constitucional e o Direito Digital.

Reitero, como sempre, meus agradecimentos à Editora Fórum, pelo apoio incondicional ao projeto e pela primorosa editoração da revista.

Emerson Gabardo
Editor-chefe da IJDL

EDITORIAL

We have reached the eleventh issue of the International Journal of Digital Law. Another issue that was edited based on the most up-to-date criteria of scientific excellence.

In this edition, we bring scientific articles that deal with the regulation of artificial intelligence, the principles inherent to Digital Public Law, transparency, and the processing of personal data.

The articles in this edition focus on Public Administration activities based on new technologies, linking Administrative Law, Constitutional Law, and Digital Law in an interdisciplinary way.

As always, I reiterate my thanks to Editora Fórum for their unconditional support of the project and the exquisite editing of the journal.

Emerson Gabardo
IJDL Editor in Chief

